Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

Fundo de Liquidação Financeira FIDC – Responsabilidade Limitada

(CNPJ nº 19.221.032/0001-45)
(Administrado pela MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Cotistas e a Administradora
Fundo de Liquidação Financeira FIDC – Responsabilidade Limitada
(Administrado pela MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Classe Única do Fundo de Liquidação Financeira FIDC – Responsabilidade Limitada ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2025 e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa – método indireto para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

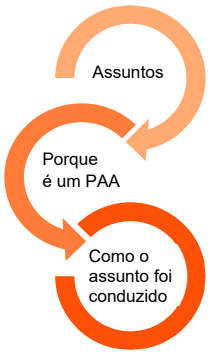
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Rua do Russel, 804, Edifício Manchete, 7º,
Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 22210-907
T: +55 4004-8000

www.pwc.com.br

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Existência e mensuração dos direitos creditórios representados por precatórios (Notas 3(g) e 7)	
Conforme apresentado na posição financeira, as aplicações do Fundo são compostas, substancialmente, por direitos creditórios representados por precatórios, registrados pelo custo de aquisição, que considera um deságio no valor de face esperado de realização dos direitos creditórios. O custo de aquisição é atualizado de acordo com a taxa efetiva de retorno apurada no reconhecimento inicial do direito creditório que considera: (i) valor contábil registrado na carteira da data de aquisição do direito creditório; (ii) valor de face da indenização estimada a ser paga pelo devedor; e (iii) prazo de recebimento das parcelas do precatório. Considerando a relevância dessas aplicações em relação ao patrimônio líquido do Fundo e à consequente apuração de seu valor justo, a existência e mensuração dessas aplicações foram consideradas áreas de foco em nossa auditoria.	Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, os seguintes aspectos: Realizamos o entendimento dos principais processos relacionados a existência e mensuração desses investimentos. Para a existência dos direitos creditórios representados por precatórios, executamos, em base amostral, testes relacionados a: (i) confirmação junto aos assessores jurídicos sobre a existência dos direitos creditórios; e (ii) inspeção da documentação suporte referente ao lastro. Realizamos, em base amostral, o recálculo dos direitos creditórios representados por precatórios com base na metodologia e critérios utilizados pela administração, que considera um deságio no valor de face esperado de realização dos direitos creditórios. Consideramos que os critérios e as premissas adotadas pela Administração quanto a existência e mensuração desse investimento são consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Fundo é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Fundo continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

das demonstrações financeiras. A continuidade das operações de um fundo de investimento é, adicionalmente, dependente da prerrogativa dos cotistas em resgatar suas cotas nos termos do regulamento do Fundo.

Os responsáveis pela governança do Fundo são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas.

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de janeiro, 10 de abril de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by
Hugo Lisboa
Assinado por: Hugo Lisboa Ferreira:10048469750
CPF: 10048469750
Data/Hora da Assinatura: 10 April 2026 | 18:51 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC Syngular ID Multipla

Hugo Lisboa Ferreira
Contador CRC 1RJ116875/O-0

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

FUNDO DE LIQUIDACAO FINANCEIRA FIDC - RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 19.221.032/0001-45
(Administrado pela MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 36.864.992/0001-42)

Demonstração da Posição Financeira
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2025			31/12/2024		
		Quantidade	Valor contábil	% sobre PL do Fundo	Quantidade	Valor contábil	% sobre PL do Fundo
Circulante			**1.226.505**	**100,20%**		**185.338**	**11,07%**
Caixa e equivalente de caixa	4		**11.317**	**0,92%**		**450**	**0,03%**
Disponibilidades			**83**	**0,01%**		**7**	**0,00%**
MAF DTVM S.A.			73	0,01%		-	0,00%
Itaú Unibanco S.A.			8	0,00%		5	0,00%
Bradesco S.A.			2	0,00%		-	0,00%
Banco do Brasil S.A.			-	0,00%		2	0,00%
Cotas de fundos de investimentos	4	**7.261**	**11.234**	**0,92%**	**522**	**443**	**0,03%**
Safra Soberano FIC RF		371	297	0,02%	412	289	0,02%
BRL Soberano DI		6.890	10.937	0,89%	110	154	0,01%
Bloqueio Judicial			**321**	**0,03%**		**122**	**0,01%**
Disponibilidades			321	0,03%		122	0,01%
Títulos e valores mobiliários			**1.603**	**0,13%**		**158.798**	**9,49%**
Títulos Públicos Federais		**89**	**1.603**	**0,13%**	**89**	**1.398**	**0,08%**
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	5	89	1.603	0,13%	89	1.398	0,08%
Cotas de fundos de investimentos em direitos creditorios	6	**-**	**-**	**0,00%**	**270.526**	**156.957**	**9,38%**
JF Direitos Creditórios Selecionados FIDC - Responsabilidade Limitada		-	-	0,00%	270.526	156.957	9,38%
Direitos creditórios			**1.185.068**	**96,82%**		**1.494.974**	**89,33%**
Créditos com aquisição substancial dos riscos e benefícios	7		**1.185.068**	**96,82%**		**1.494.974**	**89,33%**
Precatórios			1.048.059	85,62%		1.146.468	68,51%
Direitos creditórios vencidos			135.774	11,09%		211.146	12,62%
Cotas de consórcio			1.235	0,10%		10.938	0,65%
Venda de ativos	8		-	0,00%		126.422	7,55%
Valores a receber	8		**28.196**	**2,30%**		**26.411**	**1,58%**
Outros valores a receber			22.732	1,86%		20.947	1,25%
Notas promissórias vencidas			5.464	0,45%		5.464	0,33%
Total do ativo			**1.226.505**	**100,20%**		**1.680.312**	**100,41%**
Passivo							
Circulante			**2.481**	**0,20%**		**6.779**	**0,41%**
Valores a pagar			**2.481**	**0,20%**		**6.779**	**0,41%**
Direitos creditórios a identificar			2.326	0,19%		6.597	0,39%
Serviços contratados pelo Fundo			-	0,00%		-	0,00%
Auditoria e custódia			155	0,01%		171	0,01%
Taxa de administração - Incorporação			-	0,00%		11	0,00%
Outros valores a pagar			-	0,00%		-	0,00%
Patrimônio líquido			**1.224.024**	**100,00%**		**1.673.533**	**100,00%**
Total do Passivo e Patrimônio líquido			**1.226.505**	**100,20%**		**1.680.312**	**100,41%**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

FUNDO DE LIQUIDACAO FINANCEIRA FIDC - RESPONSABILIDADE LIMITADA

CNPJ: 19.221.032/0001-45

(Administrado pela MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 36.864.992/0001-42)

Demonstração do Resultado

Exercício social de 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto o prejuízo por cota)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios		**12.359**	**150.789**
Ajuste a valor de mercado dos direitos creditórios	7.d	114.915	149.353
Outros resultados com direitos creditórios	7.d	(104.673)	884
Juros sobre provisão de valores a receber	8.ii	2.117	552
Resultado com outros ativos financeiros		**(63.073)**	**5.792**
Receita com cotas de fundos de investimento de renda fixa		1.862	370
Receita com cotas de fundos de investimento em direitos creditorios	6	(64.935)	5.422
Resultados com títulos e valores mobiliários de renda fixa		**205**	**152**
Apropriação de rendimentos e valorização (desvalorização) a valor de mercado		205	152
Demais despesas		**(17.500)**	**(17.968)**
Serviços contratados pelo Fundo	13	(14.996)	(18.031)
Auditoria e custódia	13	(382)	(451)
Taxa de fiscalização CVM	13	(57)	(59)
Taxas e impostos	13	(673)	(753)
Comissões e corretagem	13	(161)	(171)
Despesas de cartório e emolumentos			
Outras despesas	13	(1.231)	(787)
Reversão de provisão de exercícios anteriores		-	2.284
Lucro do exercício		**(68.009)**	**138.765**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

FUNDO DE LIQUIDACAO FINANCEIRA FIDC - RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 19.221.032/0001-45
(Administrado pela MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 36.864.992/0001-42)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercício social de 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Cotas Integralizadas	Amortização	Lucros e Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**1.285.997**	**(864.574)**	**1.343.542**	**1.764.965**
Integralização de cotas		935	-	-	935
Amortização de cotas	10.b	-	(259.710)	-	(259.710)
Incorporação	10.a	28.578	-	-	28.578
Resultado do exercício		-	-	138.765	138.765
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**1.315.510**	**(1.124.284)**	**1.482.307**	**1.673.533**
Amortização de cotas	10.b	-	(381.500)	-	(381.500)
Resultado do exercício		-	-	(68.009)	(68.009)
Saldo em 31 de dezembro de 2025		**1.315.510**	**(1.505.784)**	**1.414.298**	**1.224.024**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

FUNDO DE LIQUIDACAO FINANCEIRA FIDC - RESPONSABILIDADE LIMITADA
CNPJ: 19.221.032/0001-45
(Administrado pela MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. - CNPJ nº 36.864.992/0001-42)

Demonstração dos fluxos de caixa - método Indireto
Exercício social de 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Resultado do exercício		**(68.009)**	**138.765**
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o fluxo de caixa			
Receita com direitos creditórios		(114.915)	(149.353)
Outros resultados com direitos creditórios		104.673	(710)
Demais pagamentos e recebimentos		(2.117)	(552)
Rendimento de cotas de fundos de investimento		73.864	(5.349)
Rendimentos de títulos públicos		(205)	(152)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		**61.300**	**(156.116)**
Resultado Líquido ajustado		**(6.709)**	**(17.351)**
Aquisição de títulos públicos		-	(3.066)
Líquidação de títulos públicos		-	35.267
Aquisição de cotas de fundos de investimento		(679.181)	(176.624)
Líquidação de cotas de fundos de investimento		670.252	186.518
Amortização de cotas de Fundo	6	65.473	117.370
Venda de direitos creditórios	7.d	-	172
Aquisição de direitos creditório	7.d	(16)	(1.692)
Recebimento de direitos creditórios	7.d	342.774	103.490
Variação de valores a pagar e receber		(27)	(19.467)
Reversão de provisão de exercícios anteriores		-	(2.284)
Incorporação de valores a pagar e a receber		-	(352)
Aumento de bloqueio judicial		(199)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento		**399.076**	**239.332**
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		**392.367**	**221.981**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Integralização de cotas	10.a	-	935
Amortização de cotas	10.b	(381.500)	(259.710)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		**(381.500)**	**(258.775)**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		**10.867**	**(36.794)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	450	37.244
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	11.317	450
Saldo de variação liquida de caixa e equivalentes de caixa		**10.867**	**(36.794)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

1. Contexto operacional

O **Fundo de Liquidação Financeira FIDC – Responsabilidade Limitada** ("Fundo"), foi constituído em 5 de julho de 2017, sob a forma de condomínio fechado com prazo indeterminado de duração esuas operações iniciaram-se em 27 de março de 2018.. O Fundo é constituído por meio de uma única classe de cotas fechada ("Classe"), nos termos do Art. 5º do Anexo Normativo II da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 175.

O objetivo do Fundo é proporcionar ao seu Cotista a valorização de suas Cotas por meio da aplicação de seus recursos, preponderantemente, na aquisição de "Ativos Distressed Creditórios Elegíveis", definidos como: (i) os Precatórios e Pré-Precatórios; (ii) as Ações e Demandas; (iii) os Créditos Corporate e os Créditos Consumer; (v) os Portfolios Corporate e os Portfolios Consumer; e (vi) os Outros Ativos Distressed Creditórios. Em caráter complementar, o Fundo aplicará seus recursos em Outros Ativos.

Os serviços de gestão da carteira são realizados pela Jive Investments Gestão de Recursos e Consultoria S.A.

O Fundo é destinado exclusivamente a um único investidor profissional, assim definido nos termos da regulamentação da CVM aplicável.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do cedente, da Administradora, do Custodiante ou de suas partes relacionadas, nem do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. Os cotistas estão expostos à possibilidade de perda do capital investido, em decorrência do perfil de investimento do Fundo.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em direitos creditórios regulamentados pela Resolução CVM nª 175 de 23 de dezembro de 2022, conforme alterada da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), incluindo as normas previstas no Plano Contábil dos Fundos de Investimento ("COFI") e demais orientações emanadas da CVM, sendo que o Fundo se encontra no período de adequação a referida Resolução.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

As demonstrações financeiras referente ao exercício social de 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela administração em 10 de abril de 2026.

3. Descrição das políticas contábeis materiais

Entre as políticas contábeis materiais, destacam-se:

a. Apropriação do resultado

As receitas e despesas são registradas por regime de competência.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional do Fundo.

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

c. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizados pelo Fundo na gestão das obrigações de curto prazo.

d. Cotas de fundo de investimento de renda fixa e direitos creditórios

As aplicações em cotas de fundo de investimento são atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgado pelo administrador do Fundo onde os recursos são aplicados. A valorização e desvalorização das cotas de fundos de investimento estão apresentadas em “Receita com cotas de fundos de investimento referenciado” e “Receita com cotas de fundos de investimento em direitos creditórios”.

e. Títulos e valores mobiliários de emissão privada

São avaliados pelo seu valor de aquisição e acrescido de juros calculados com base na taxa interna de retorno dos correspondentes contratos, pelo critério pro rata temporis. A taxa interna de retorno é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimento dos direitos creditórios.

Mensalmente a carteira é reavaliada e, sempre que julgado necessário, é constituída provisão por redução do valor de recuperação de direitos creditórios.

f. Títulos de renda variável

As ações são inicialmente registradas pelo custo de aquisição, incluindo corretagens e emolumentos. Os ativos de renda variável são valorizados pela última cotação diária de fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3 S.A.”), desde que tenham sido negociados pelo menos uma vez nos últimos 90 dias.

Nas operações de vendas de ações as corretagens e os emolumentos são registrados diretamente no resultado como despesa. Os lucros ou prejuízos apurados nas negociações são registrados na rubrica de “Apropriação de rendimentos e valorização a valor de mercado”, quando aplicável.

As bonificações são registradas na carteira de títulos apenas pelas respectivas quantidades, sem modificação do valor dos investimentos, quando as respectivas ações são consideradas “exdireito” na B3 S.A. Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são reconhecidos como receita na ocasião em que os títulos correspondentes são considerados como “ex-direito” na B3 S.A.

g. Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

Direitos creditórios e créditos vencidos

Os Direitos Creditórios são inicialmente registrados pelo seu respectivo preço de aquisição e atualizados em bases mensais de acordo com modelo de marcação a mercado com base em 03 (três) fatores principais: (i) projeção de despesas diretas do respectivo Direito Creditório (custas processuais, advogados responsáveis pelos acompanhamentos processuais, consultoria especializada, intermediário na negociação com devedores, impostos pagos na adjudicação de bens, entre outros); (ii) projeção da curva de recuperação esperada de cada Direito Creditório, baseada na precificação inicial e atualizada a cada mês de adordo com a progressão dos esforços de cobrança (processo judicial, negociações com devedores, bens encontrados e perspectiva de venda, entre outros) de cada caso; e (iii) a taxa de desconto aplicada ao fluxo líquido projetado de receitas e despesas, definida na precificação e compra do respectivo Direito Creditório. No caso de ausência de bases de dados relevantes para definição do fluxo esperado para recuperação do Direito Creditório, o respectivo ativo é mantido registrado por seu respectivo preço de aquisição.

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

Precatórios
Os precatórios são registrados pelo custo de aquisição, que considera um deságio no valor de face esperado de realização dos direitos creditórios. O custo de aquisição é atualizado de acordo com a taxa efetiva de retorno apurada no reconhecimento inicial do direito creditório que considera: (i) valor contábil registrado na carteira da data de aquisição do direito creditório; (ii) valor de face da indenização a ser paga pelo devedor; e (iii) prazo de recebimento das parcelas do precatório.

Pré-precatórios ou ações judiciais
Os pré-precatórios são registrados inicialmente pelo custo de aquisição. Devido aos títulos não terem liquidez no mercado, a Administradora entende que a melhor forma de mensurar os direitos creditórios compreende na atualização do custo de aquisição pela taxa de correção de cada ativo judicial ajustada pela análise em relação à estimativa de êxito dessas ações, vis a vis o valor de face esperado de realização dos direitos creditórios.

A Administradora entende que as premissas utilizadas no modelo representam a melhor estimativa de preço que seria recebido pela venda ou liquidação do Direito Creditório em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração nas condições atuais de mercado.

Os direitos creditórios podem ser classificados nos seguintes grupos:

Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios – quando o Fundo adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios – quando o Fundo não adquire substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

A classificação dos grupos acima é de responsabilidade da Administradora e foi estabelecida utilizando-se como metodologia, o nível de exposição do Fundo à variação no fluxo de caixa futuro associados aos direitos creditórios objeto da operação.

Apresentação na demonstração dos fluxos de caixa
As rubricas de resultado com direitos creditórios são ajustadas ao lucro do exercício, pois os saldos de aplicações e liquidações de direitos creditórios estão apresentados pelos seus respectivos valores brutos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o caixa e equivalentes de caixa estavam assim representados:

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades	83	7
Cotas de fundos de investimento (*)	**11.234**	**443**
Total de caixa e equivalentes de caixa	**11.317**	**450**

(*) As aplicações em cotas de fundo de investimento do Safra Soberano FIC RF e do BRL Soberano Referenciado DI LP possuem liquidez diária.

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

O Safra Capital Market Premium Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI Crédito Privado foi constituído em 14 de março de 2013 e iniciou suas atividades em 22 de março de 2013, sob a forma de condomínio aberto, com prazo indeterminado de duração, destinado a investidores em geral, para aplicação de seus recursos em cotas de fundos de investimento e/ou cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento, que invistam no mínimo 80% da carteira em títulos públicos federais, ativos com baixo risco de crédito do mercado doméstico, ou sintetizados via derivativos, com registro das câmaras de compensação.

As demonstrações financeiras referente ao exercício social de 31 de março de 2025 foram auditadas pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., ao qual emitiram um relatório de auditoria sem modificações, em 26 de junho de 2025.

O Fundo de Investimento Renda Fixa BRL Soberano DI Longo Prazo foi constituído sob forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado. O Fundo destina-se a receber aplicações exclusivamente de investidores profissionais e tem por objetivo buscar retorno aos seus cotistas através de investimentos em ativos financeiros disponíveis nos mercados de renda fixa, negociados no mercado interno, sendo vedada a aplicação em renda variável, derivativos e ativos emitidos no exterior, direta ou indiretamente.

As demonstrações financeiras referente ao exercício social de 30 de abril de 2025 foram auditadas pela RSM Auditores Independentes S/S, ao qual emitiram um relatório de auditoria sem modificações, em 18 de julho de 2025.

No exercício de 31 de dezembro de 2025 o Fundo auferiu receita com cotas de Fundos de investimento no montante de R$ 1.862 (R$ 370 em 2024), registrado na rubrica “Receita com cotas de fundos de investimento de renda fixa”.

5. Títulos e valores mobiliários

Títulos mensurados a valor justo por meio do resultado	31/12/2025 Valor de	31/12/2024 Valor de	Faixa de vencimento
Títulos de emissão do Tesouro Nacional			
Letras financeiras do tesouro – LFT	1.603	1.398	Acima de 1 ano
Total dos títulos mensurados a valor justo	**1.603**	**1.398**	

Valor de mercado
As Letras Financeiras do Tesouro são atualizadas pelos preços unitários (PU’s) divulgados nos boletins publicados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”).

6. Cotas de Fundos em direitos creditórios

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Fundo possuí investimentos em Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios conforme demonstrado abaixo:

2025

Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	31/12/2024	Amortização	Recebimento em ativos	Resultado apropriado	31/12/2025

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

JF Direitos Creditórios Selecionados FIDC - Responsabilidade Limitada	156.957	(65.473)	(26.549)	(64.935)	-

2024

Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios	31/12/2023	Cessão de Títulos (i)	Incorporação (ii)	Resultado apropriado	31/12/2024
JF Direitos Creditórios Selecionados FIDC - Responsabilidade Limitada	-	266.117	2.789	5.422	156.957

(i) No exercício de 31 de dezembro de 2024 o Fundo recebeu a título de pagamento de precatórios o montante de R$ 266.117 em cotas de fundo do JF Direitos Creditórios Selecionados FIDC - Responsabilidade Limitada.

(ii) Em 8 de novembro de 2024 foi deliberado a incorporação integral do Jive Precatórios Selecionados – Fundo de investimento em Direitos Creditórios pelo Fundo. Neste ato foi incorporado ao Fundo o montante de 2.789 em cotas de fundo do JF Direitos Creditórios Selecionados FIDC - Responsabilidade Limitada.

(iii) Durante o exercício de 31 de dezembro de 2025, além das amortizações, o Fundo também recebeu precatórios do JF FIDC, no montante total de R$ 26.549. Os precatórios foram recebidos a valor justo na data da amortização.

No exercício findo de 31 de dezembro de 2025 o Fundo auferiu prejuízo com cotas de Cotas de fundos de investimento em direitos creditórios no montante de R$ 64.935 (receita de R$ 5.422 em 2024), registrado na rubrica “Resultado com cotas de fundos de investimento em direitos creditórios”.

7. Direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios

Os direitos creditórios são classificados, conforme avaliação da administradora, na categoria de “Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios”, pois os cedentes não possuem a obrigação de recompra dos direitos creditórios vencidos e a consultoria especializada não realiza cessões diretamente ao Fundo.

a. Descrição das características dos direitos creditórios adquiridos pelo Fundo

A carteira de direitos creditórios do Fundo, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, é expressa em moeda nacional, indicadas e aprovadas pela consultoria especializada, composta por precatórios, ações judiciais e direitos creditórios vencidos lastreados por Cédula de Crédito Bancário, Confissão de Dívida, Contrato de prestação de fiança, Nota promissória e direitos creditórios renegociados lastreados por confissão de dívida e acordos.

b. Composição dos creditórios

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a carteira do Fundo era composta pelos seguintes créditos:

Créditos	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Precatórios	1.048.059	1.146.468
Direitos creditórios vencidos	135.774	211.146
Cotas de consórcio	1.235	10.938
Total	**1.185.068**	**1.368.552**

c. Condições de cessão e critérios de elegibilidade

O Fundo somente poderá adquirir direitos creditórios cuja análise, aquisição e respectivo preço de aquisição tenham sido definidos pelo Gestor, e que atendam, cumulativamente, na respectiva data de aquisição, aos seguintes critérios de elegibilidade:

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

(i) em cada aquisição, o Preço de Aquisição desembolsado pelo Fundo para a aquisição, parcial ou integral, de cada um dos direitos creditórios não poderá ser superior ao valor em reais equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do capital subscrito pelos titulares das cotas do Jive Distressed II Fundo de Investimento Multimercado, investidor do Fundo, conforme verificado pelo Administrador e pelo Gestor;

(ii) prévia aprovação pelo Administrador, a qual encontra-se condicionada exclusivamente às seguintes condições: (a) possibilidade de controle operacional dos direitos creditórios na carteira do Fundo; e (b) inexistência, na avaliação do Administrador, de risco de imagem para o Administrador;

(iii) recebimento de arquivo eletrônico com a relação dos direitos creditórios a serem adquiridos pelo Fundo; e

(iv) a cessão deverá estar corretamente formalizada por instrumento de cessão.

d. Movimentação dos créditos

Segue movimentação dos créditos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

Movimentação 31 de dezembro de 2025:

Tipo de Ativo	31/12/2024	Aquisição	Recebimentos (**)	Recebimentos de exercícios anteriores	Recebimento em ativos (*)	Resultado apropriado	31/12/2025
Precatórios	1.146.468	-	(262.223)	-	26.549	137.265	1.048.059
Direitos creditórios vencidos	210.951	16	(55.903)	(339)	-	(18.951)	135.774
Cotas de consórcio	10.938	-	(376)	(6.088)	-	(3.239)	1.235
Ações judiciais	195	-	(35)	-	-	(160)	-
Total	**1.368.552**	**16**	**(318.537)**	**(6.427)**	**26.549**	**114.915**	**1.185.068**

Movimentação 31 de dezembro de 2024:

Tipo de Ativo	31/12/2023	Aquisição	Venda	Recebimentos	Adiantamentos de exercícios anteriores	Incorporação	Cessão de títulos	Provisionado a receber	Resultado apropriado	31/12/2024
Precatórios	1.275.696	-	-	(1.559)	-	-	(266.117)	(20.434)	158.882	1.146.468
Direitos creditórios vencidos	296.454	-	-	(101.929)	(123)	25.369	-	-	(8.820)	210.951
Cotas de consórcio	9.420	1.520	-	(2)	-	-	-	-	-	10.938
Ações judiciais	-	-	-	-	-	-	-	904	(709)	195
Cédula de Depósito Bancário - CDB	-	172	(172)	-	-	-	-	-	-	-
Total	**1.581.570**	**1.692**	**(172)**	**(103.490)**	**(123)**	**25.369**	**(266.117)**	**(19.530)**	**149.353**	**1.368.552**

(*) Ativos adquiridos, através da dação em ativos realizada pelo JF FIDC, conforme nota explicativa nº 6

(**) O saldo apresentado na demonstração dos fluxos de caixa na rubrica de “Recebimento de direitos creditórios” corresponde ao montante total de recebimentos registrados do quadro de movimentação, no valor de R$ 318.537, acrescido de R$ 24.237 recebidos pelo Fundo, referentes a direitos creditórios anteriormente classificados em valores a receber, e que foram devidamente baixados dessa rubrica.

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

No exercício de 31 de dezembro de 2025 o Fundo reconheceu o resultado através do lançamento de ajuste MTM na carteira em contrapartida ao resultado, assim como lançamento do efetivo recebimento no caixa também em contrapartida ao resultado, que representam o montante negativo de R$ 104.673 (positivo de R$ 884 em 2024) na demonstração do resultado do exercício da rubrica de outros resultados com direitos creditórios.

8. Valores a receber

O Fundo apresenta os seguintes saldos a receber:

Valores a receber	31/12/2025	31/12/2024
Notas promissórias vencidas (i)	5.464	5.464
Outros valores a receber (ii)	22.732	20.947
Venda de ativos (iii)	-	126.422
Total	**28.196**	**152.833**

(i) Notas promissórias vencidas

Saldo referente às notas promissórias vencidas em agosto de 2022 e pendentes de liquidação.

(ii) Outros valores a receber

Saldo referente a precatórios vencidos no exercício de 31 de dezembro de 2025 e de 2024, que foram provisionados a receber.

(iii) Venda de ativos

O valor referia-se à venda de direitos creditórios vencidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, permaneceu pendente o montante de R$ 126.422. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 o Fundo recebeu o montante de R$ 20.195 e o restante do saldo foi baixado.

9. Fatores de risco

Em vista da natureza do investimento em participações e da política de investimento do Fundo, os cotistas do Fundo devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do Fundo. Para tanto, ao ingressar no Fundo, o cotista declarará expressamente que tem ciência destes riscos, sendo que tal declaração constará do compromisso de investimento.

Seguem os principais riscos os quais o Fundo está sujeito, descritos abaixo:

Risco de Crédito Decorrente do Investimento Preponderante em Direitos Creditórios vencidos e não pagos: consiste no risco dos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo não serem pagos ou serem quitados parcialmente, em virtude do insucesso das ações de cobrança e/ou de limitações na capacidade financeira dos devedores.

Risco de Crédito: consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos devedores dos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras para o Cotista.

Risco de Insucesso nas Ações de Cobrança: O Fundo está sujeito aos riscos decorrentes da possibilidade de insucesso na cobrança dos Direitos Creditórios, uma vez que os dados cadastrais dos devedores podem estar desatualizados, incompletos ou inconsistentes quando da cessão ao Fundo.

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

Riscos Relativos a Perdas em Ações Judiciais: O Fundo eventualmente terá a necessidade de despender recursos com a defesa de seus interesses para a execução das cobranças e/ou defesa da exigibilidade dos Direitos Creditórios. O ingresso em juízo submete, ainda, o Fundo à discricionariedade e o convencimento dos julgadores das ações.

Risco Relativo à Propositura de Ações Judiciais ou Reclamações Formuladas pelos Devedores dos Direitos Creditórios: O Fundo tem por objetivo adquirir Direitos Creditórios vencidos e não pagos. Durante a vigência do Fundo poderá ocorrer a propositura de ações judiciais ou reclamações formuladas pelos devedores dos Direitos Creditórios, inclusive acerca de inexistência da dívida, perante o poder judiciário, órgãos de proteção ao consumidor, entre outros. Não há garantia de que o Fundo não seja condenado nessas demandas (judiciais e extrajudiciais), inclusive por danos morais, o que poderá resultar em perdas patrimoniais para o Cotista.

Riscos de Irregularidade na Guarda dos Documentos Comprobatórios: Nos termos da legislação vigente, o Custodiante é o responsável legal pela guarda da documentação relativa aos Direitos Creditórios e aos Outros Ativos. Sem prejuízo de tal responsabilidade, o Custodiante contratará uma empresa especializada para realizar a verificação do lastro e a guarda dos Documentos Comprobatórios.

Ademais, embora o Custodiante tenha o direito contratual de acesso aos Documentos Comprobatórios, a guarda de tais documentos por terceiros pode representar uma limitação ao Fundo de verificar a devida originação e formalização dos Direitos Creditórios e de realizar a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos.

Verificação de Lastro dos Direitos Creditórios por Amostragem: O Custodiante, realizará verificação periódica, por amostragem, nos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios cedidos para verificar a sua regularidade. Uma vez que essa verificação é realizada após a cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo, a carteira do Fundo poderá conter Direitos Creditórios cujos Documentos Comprobatórios apresentem irregularidades, que poderão obstar o pleno exercício, pelo Fundo, das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. Adicionalmente, parte representativa ou a totalidade dos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios poderá fazer parte de autos de processo em virtude de cobrança judicial de tais Direitos Creditórios e, portanto, os referidos Documentos Comprobatórios dos Direitos Creditórios podem não estar disponíveis ao Custodiante.

Risco de Cobrança de Taxas de Juros Contratadas: A cobrança de juros contratados por instituições financeiras em suas operações de financiamento em geral por cessionários de tais direitos creditórios que não sejam entidades integrantes do Sistema Financeiro Nacional pode ser questionada pelos respectivos devedores, com base em jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo de 2014 e 2015.

Risco de Liquidez: consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses bens e direitos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, o Gestor poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos bens e direitos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o Fundo, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos bens e direitos, que podem, inclusive, obrigar o Administrador a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de amortizações e resgates ao Cotista do Fundo.

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

Risco de Mercado: consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados bens e direitos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das Cotas e perdas ao Cotista.

Riscos Macroeconômicos: A ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e mudanças legislativas, poderão resultar em perda, pelo Cotista, do valor de principal de suas aplicações.

Risco de Descasamento de Taxas de Juros: Mudanças nas condições de mercado poderão acarretar descasamento entre as taxas de juros praticadas no mercado e as taxas de juros estabelecidas no instrumento que deu origem aos Direitos Creditórios a serem adquiridos pelo Fundo, resultando em perda de rentabilidade durante o período de maturação dos créditos.

Demais Riscos: O Fundo também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle do Administrador e do Gestor, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos (default), mudança nas regras aplicáveis aos bens e direitos, mudanças impostas aos bens e direitos integrantes da carteira do Fundo e alteração na política monetária.

Gerenciamento de riscos
A administradora privilegia, como forma de controle de riscos, decisões tomadas em seus comitês institucionais, que ponderam sobre os controles realizados pelas equipes e, eventualmente, decidem sobre medidas a serem tomadas. Através desses comitês, são traçadas as diretrizes a serem seguidas pelos fundos, visando administrar a exposição a riscos. O cumprimento da política de investimento, e consequentemente os riscos envolvidos nos investimentos, é monitorado pelos comitês institucionais, visando conhecer, limitar e mitigar os riscos inerentes. A governança estabelecida não caracteriza a eliminação total dos fatores de risco a que o Fundo está sujeito. Apesar da administradora utilizar técnicas e procedimentos para manter o acompanhamento de risco, acontecimentos eventuais e inesperados podem impactar negativamente a performance do Fundo.

10. Emissão e amortização de cotas

As cotas do Fundo correspondem a frações ideais de seu patrimônio líquidos e são divididas em uma única classe, não havendo distinção ou relação entre elas, exceto quando da hipótese da emissão de nova série de cotas, quando então poderá haver distinções entre as séries, quanto ao prazo de amortização e de resgate.

Não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os cotistas.

a. Emissões de cotas

Cada emissão de cotas deverá ser, necessariamente, precedida pela formalização de suplemento ao Regulamento, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações: (i) quantidade mínima e máxima de cotas a serem emitidas; (ii) valor da emissão; (ii) data de emissão (iv) forma de amortização; e (v) prazo de duração da série/data de resgate, bem como dependerá de aprovação em Assembleia Geral.

A oferta pública das cotas e de nova série de cotas do Fundo será realizada com esforços restritos, em

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

conformidade ao disposto na Instrução CVM 160 (“Oferta Restrita”), e por conseguinte, estará automaticamente dispensada de registro de distribuição junto à CVM, e será realizada apenas pelo Administrador e/ou por instituição intermediária integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, a qual deverá, neste caso, observar as orientações do Administrador.

Em 8 de novembro de 2024 foi deliberado a incorporação integral do Jive Precatórios Selecionados – Fundo de investimento em Direitos Creditórios pelo Fundo. Por conta dessa operação, foram emitidas 16.522.098 novas cotas, pelo montante de R$ 28.578, sendo incorporado os seguintes ativos e passivos:

Ativo/Passivo	Valor
Direitos creditórios vencidos	25.369
Títulos Públicos Federais	78
Cotas de Fundo de Renda Fixa	14
Cotas de Fundo de FIDC	2.789
Taxa de fiscalização CVM	2
Outros valores a receber	510
Taxa de administração	(11)
Auditoria e custódia	(4)
Outros valores a pagar	(169)
Patrimônio líquido incorporado	**28.578**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve emissão de cotas (17.074.627,79 cotas pelo montante R$ 935 em 2024)

b. Amortizações de cotas

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo ao Cotista será feita exclusivamente mediante a amortização de suas cotas, observado o disposto no Regulamento, e mediante comunicação prévia do Gestor ao Administrador acerca desta necessidade, com prazo mínimo de 2 (dois) dias de antecedência, ou no maior prazo de antecedência possível, com as informações mínimas necessárias, tais como, valor total, data base e data de liquidação, à critério do Administrador, para operacionalização dos pagamentos.

As distribuições a título de amortização de cotas ocorrerão mediante pagamento uniforme a todos Cotistas de parcela do valor de suas cotas, sem redução do número de cotas emitidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Fundo amortizou o montante R$ 381.500 (R$ 259.710 em 2024).

c. Resgates de cotas

Não são permitidos resgates de cotas antes do encerramento das atividades do Fundo.

11. Remuneração da administração

Não serão devidas taxas de administração, gestão, performance, ingresso ou saída pelo Fundo.

12. Custódia dos títulos da carteira

As cotas de fundos de investimento são custodiadas pelos respectivos administradores dos fundos. Os serviços são prestados por:

Custódia: MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Controladoria: MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

Escrituração: MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Tesouraria: MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
Gestão: Jive Investments Gestão de Recursos e Consultoria S.A.

Os títulos públicos federais são escriturais e suas custódias encontram-se registradas em conta de depósito em nome do Fundo no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

13. Encargos debitados ao Fundo

Taxas e encargos sobre patrimônio líquido médio do período:

Encargos debitados do Fundo	31/12/2025		31/12/2024	
	R$	% S/PL Médio	R$	% S/PL Médio
Serviços contratados pelo Fundo (i)	14.996	1,12%	18.031	1,08%
Auditoria e custódia	382	0,03%	451	0,03%
Taxa de fiscalização CVM	57	0,00%	59	0,00%
Taxas e impostos	673	0,05%	753	0,04%
Comissões e corretagem	161	0,01%	171	0,01%
Outras despesas	1.231	0,09%	787	0,05%
Total Geral	**17.500**	**1,30%**	**20.252**	**1,21%**

O percentual foi calculado sobre o patrimônio líquido médio mensal no exercício de 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 1.335.459 (R$ 1.637.986 em 2024).

(i) Serviços contratados pelo Fundo: tratam-se de (i) despesas de consultoria na análise de oportunidades de negócios, cobranças de direitos creditórios, reembolso de despesas atreladas aos serviços de consultoria. Despesa com honorários advocatícios: referem-se as despesas com os escritórios de advocacia que patrocinam as ações judiciais e prestam serviços de assessoria jurídica.

14. Relatório de rating

O Fundo está enquadrado aos critérios de dispensa de classificação de risco conforme estabelecidos na Instrução CVM nº 175/22.

15. Rentabilidade do Fundo

O patrimônio líquido médio, o valor da cota e a rentabilidade do Fundo são demonstrados a seguir:

	31/12/2025	31/12/2024
Rentabilidade do Fundo %	(26,86) %	(6,86) %
Valor da cota	1,2692	1,7352
Rentabilidade do Fundo teórica% (*)	(4,06) %	7,60%
Patrimônio líquido médio R$/mil	1.335.459	1.637.986

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros.

(*) Rentabilidade excluída os efeitos das amortizações ocorridas no exercício.

16. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o Fundo possuía os seguintes saldos com o Administrador:

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

	31/12/2025	31/12/2024
Disponibilidades	73	-
Taxa de administração - Incorporação	-	11

17. Demandas judiciais

O Fundo figura em polo passivo de demandas judiciais com prognóstico de perda possível, determinado por seu consultor jurídico no valor total de R$ 2.167.846 (1.065 em 2024).

Tipo de ação	31/12/2025	31/12/2024
Execução de honorários	1.389	772
Embargos à execução	279.741	293
Embargos de terceiro	20	-
Recuperação judicial	1.885.696	-
Total	**2.166.846**	**1.065**

18. Divulgação de informações

O Administrador divulgará, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao Fundo, de modo a garantir ao Cotista acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influenciar as decisões do Cotista quanto à permanência no Fundo ou, no caso de potenciais investidores, quanto à aquisição de cotas.

Salvo quando outro meio de comunicação com o Cotista seja expressamente previsto no Regulamento do Fundo, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses do Cotista, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no Periódico, cientificado ao Cotista nos termos da Instrução CVM 21, caso a publicação de anúncio seja expressamente exigida nos termos da legislação aplicável; ou (b) de correio eletrônico enviado aos Cotistas. As publicações referidas neste Capítulo deverão ser mantidas à disposição do Cotista na sede do Administrador.

19. Contrato de prestação de serviços

Informamos que a Administradora, no exercício, não contratou serviços dos auditores independentes relacionados ao Fundo, além dos serviços de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios, que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

20. Tributação

Impostos sobre operações financeiras (IOF)
Incide IOF à alíquota de 1% ao dia, sobre o valor de resgate das cotas, limitado a um porcentual do rendimento da aplicação, decrescente em função do prazo, tendendo a 0% nos 30 dias seguintes à data de aplicação.

O Fundo foi classificado como entidade de investimento, conforme Lei nº 14.754 de 12 de dezembro de 2023 e definições da Resolução CMN nº 5.111 de 21 de dezembro de 2023, nesse caso:

- O fundo não está sujeito a tributação periódica (come-cotas) desde que siga os requisitos de enquadramento descritos nos artigos. 19 e 40 da Lei nº 14.754:
  - Possuir 67% do patrimônio composto por investimentos em direitos creditórios;
- Os rendimentos auferidos pelos investidores desse fundo de investimento estará sujeito a tributação de imposto de renda a uma alíquota de 15%, na data de distribuição de rendimentos, amortização ou do

Docusign Envelope ID: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E

resgate de cotas.

A regra tributária descrita não se aplica aos cotistas sujeitos às regras de tributação específicas, na forma da legislação em vigor.

21. Alterações estatutárias

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve alterações estatutarias.

22. Outros assuntos

Poderes de representação

O administrador poderá praticar todos os atos necessários à administração do Fundo para exercer os direitos inerentes à carteira, inclusive o de comparecer e votar em assembleias gerais e/ou especiais das Companhias Investidas de qualquer natureza e/ou assembleias gerais de cotistas de fundos de investimentos cujas cotas venham a compor a carteira do Fundo", conforme estabelecido pelo regulamento do Fundo.

Resolução CVM nº 175

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a Resolução CVM nº 175 em 23 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços para os fundos, em substituição à Instrução CVM 555. As alterações introduzidas pela nova resolução entrarão em vigor a partir de 2 de outubro de 2023, tendo os fundos em funcionamento adaptação até 31 de dezembro de 2024.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 28 de março de 2023 a Resolução CVM nº 181, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM nº 181 altera a entrada em vigor das novas regras de fundos de investimento para 02 de outubro de 2023.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 31 de maio de 2023 a Resolução CVM nº 184, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM n° 184 que constitui o marco regulatório dos fundos de investimento, e acrescenta nove anexos normativos à nova norma de fundos de investimentos para 02 de outubro de 2023.

Adicionalmente, a CVM publicou no dia 12 de março de 2024 a Resolução CVM nº 200, alterando a Resolução CVM nº 175 acima, sobre fundos de investimento. Entre outros pontos, a Resolução CVM n° 200 altera a entrada em vigor das novas regras de fundos de investimento para 30 de junho de 2025, com exceção dos fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC, que deve adaptar-se até 29 de novembro de 2024.

23. Evento subsequente

Não houve eventos subsequentes após o encerramento do exercício social do Fundo em 31 de dezembro de 2025, que requeressem ajustes ou divulgações nas demonstrações financeiras do exercício findo nessa mesma data.

* * *

Roger Vicente Lima
Contador CRC1SP342522

Luiz Carlos Nimi
Diretor responsável

Certificate Of Completion

Envelope Id: 859613B3-CDE4-4C13-AAFD-F7FCA621FC2E
Subject: Complete with Docusign: Fundo 623 versão final completa.pdf
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Source Envelope:
Document Pages: 23
Certificate Pages: 2
AutoNav: Enabled
EnvelopeId Stamping: Enabled
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

Status: Completed

Signatures: 1
Initials: 0

Envelope Originator:
Nayara Klopper
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
São Paulo, São Paulo 04538-132
nayara.klopper@pwc.com
IP Address: 134.238.160.200

Record Tracking

Status: Original
10 April 2026 | 18:26
Status: Original
10 April 2026 | 18:51

Holder: Nayara Klopper
nayara.klopper@pwc.com
Holder: CEDOC Brasil
BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Location: DocuSign
Location: DocuSign

Signer Events	Signature	Timestamp
Hugo Lisboa hugo.lisboa@pwc.com Partner PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate **Signature Provider Details:** Signature Type: ICP-Brasil Issuer: AC SyngularID Multipla Subject: CN=Hugo Lisboa Ferreira:10048469750	DocuSigned by: Hugo Lisboa F9E9F354FFDA462... Signature Adoption: Pre-selected Style Using IP Address: 201.56.5.228 Certificate policy: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf	Sent: 10 April 2026 | 18:27 Resent: 10 April 2026 | 18:41 Viewed: 10 April 2026 | 18:50 Signed: 10 April 2026 | 18:51

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via Docusign

In Person Signer Events	Signature	Timestamp

Editor Delivery Events	Status	Timestamp

Agent Delivery Events	Status	Timestamp

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp

Certified Delivery Events	Status	Timestamp

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
Nayara Klopper nayara.klopper@pwc.com Security Level: Email, Account Authentication (None)	COPIED	Sent: 10 April 2026 | 18:51 Viewed: 10 April 2026 | 18:51 Signed: 10 April 2026 | 18:51

Carbon Copy Events	Status	Timestamp

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via Docusign

Witness Events	Signature	Timestamp

Notary Events	Signature	Timestamp

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	10 April 2026 | 18:27
Certified Delivered	Security Checked	10 April 2026 | 18:50
Signing Complete	Security Checked	10 April 2026 | 18:51
Completed	Security Checked	10 April 2026 | 18:51

Payment Events	Status	Timestamps